

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 500 exemplares

Nº 1055

Com partida quase no fim, categoria une-se para garantir PCS

Sindicatos da base da Fenajufe estão nesta quarta-feira, 14, em Brasília, para pressionar os deputados da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) a votar o PL 6613/09, o PCS. A Diretoria Executiva da Fenajufe intensificou os contatos com representantes da cúpula do Judiciário e com lideranças importantes para ajudar na tramitação do projeto no Congresso Nacional. **Hoje o SINTRAJUSC tem Assembleia para debater os encaminhamento da luta, entre eles indicativo de paralisação.**

O assessor parlamentar da Federação, Antônio Augusto Queiróz, explicou, em reunião da entidade, como serão os trabalhos no Legislativo no processo de votação da proposta da Lei Orçamentária Anual e pontuou quais ações deverão ser desenvolvidas pela Fenajufe junto aos parlamentares, ao governo federal e ao Judiciário, a fim de garantir a aprovação do reajuste salarial.

Uma das iniciativas foi o envio, no dia 9, de ofício ao presidente do STF, ministro Cezar Peluso, solicitando audiência. No documento, que também foi encaminhado aos presidentes de todos os demais tribunais superiores e do TJDF, a Fenajufe ressalta a importância da reação

do ministro diante do fato de a Presidência da República ter enviado a proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012 ao Congresso Nacional sem a previsão orçamentária do PL 6613/09. Para a Federação, a reação garantiu a defesa da autonomia do Poder Judiciário: "Essa feliz iniciativa mostrou ao Poder Executivo que é preciso manter o equilíbrio entre os poderes e que a Constituição Federal deve ser respeitada".

Em relação ao recuo da presidenta Dilma Rousseff, que no dia 2 de setembro encaminhou mensagem ao Legislativo corrigindo a proposta da LOA, a Fenajufe explica ao ministro Peluso que o impasse para aprovar o PCS não está resolvido, uma vez que "ela não hesitou em orientar aos parlamentares, da base do governo, que não incluam o montante relativo ao reajuste dos servidores no orçamento e tampouco aprovem o PL 6613/09".

Com esse cenário de incerteza, no ofício, a Federação ressalta o que já fora dito pelos parlamentares da base do governo, procurados nos últimos dias: "o plano será aprovado somente com um acordo firmado entre Vossa Excelência e a Presidente da República, Dilma

ASSEMBLEIA GERAL HOJE. LUTA PELA REVISÃO SALARIAL CONTINUA!

**Quarta, 14 de setembro, às 13h30, na rampa do TRT,
na Capital. Pauta:**

a) Informes; b) Encaminhamentos da luta pelo PCS, com indicativo de paralisação no dia 22/09; c) Eleição da Comissão Eleitoral para a eleição do SINTRAJUSC (triênio 2012/2014); d) Indicação de representante do Sindicato para o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho de Santa Catarina - 1ª instância)

Rousseff". Segundo informaram alguns parlamentares, se o projeto de reajuste dos servidores for colocado em votação, ele será rejeitado pela Casa, a não ser que haja uma nova ordem direta do Palácio do Planalto.

O ofício da Fenajufe também rebate as declarações do governo federal, de que não há verba para conceder o reajuste aos servidores. "Os argumentos de que o país não tem dinheiro para o reajuste do Judiciário e do MPU, apresentados pelo governo e divulgados na grande imprensa, não se verificam. Prova disto foi o anúncio do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, de reestimar o superávit primário em 10 bilhões, passando de aproximadamente R\$ 81 bilhões para R\$ 91 bilhões a ser realizado em 2011".

Por fim, a Fenajufe solicita o empenho do ministro "para buscar junto à Presidente Dilma a finalização de um acordo favorável, pois o Poder Judiciário - magistrados e servidores - já está muito desgastado com esse impasse, que, no caso dos servidores, já perdura há mais de três anos".

DIVISÃO TROUXE PREJUÍZO

Na reunião ampliada da Fenajufe realizada em 25 de agosto, os servidores reafirmaram a defesa do PCS, além de considerarem fundamental a unidade dos servidores em todo o país para garantir a conquista da revisão salarial. Na reunião, que foi marcada por uma divisão clara entre os defensores do PCS e os do subsídio, falas de lideranças ressaltaram que, independentemente da forma da remuneração, o governo se aproveitou desta divisão da categoria.

Uma das avaliações foi a de que o maior problema enfrentado pela categoria no momento não é quanto à forma de remuneração, como pregam alguns, mas à política adotada pelo governo.

Foi lembrado que, no ano passado, o governo fechou acordos com a base do Executivo e até o momento não cumpriu o que prometeu. Portanto, há a possibilidade real de reajuste zero, porque está claro que existe uma agenda política contrária ao funcionalismo público.

Guerra de informações traz até enquete sobre reajuste

As especulações dos grandes veículos de comunicação sobre o reajuste salarial dos servidores continuam e os ataques têm se intensificado a cada novo fato. Nas três últimas semanas, os principais jornais do país não ficaram pelo menos dois dias sem mencionar a reivindicação da categoria. A ofensiva é tamanha que o jornal *Folha de São Paulo* lançou, no dia 5, em sua página na internet, uma enquete em que pergunta aos leitores se são favoráveis ou não ao reajuste dos servidores do Judiciário Federal.

A enquete traz o seguinte conteúdo: "Você concorda com o reajuste para servidores do Judiciário?"

[] Sim, o aumento pedido pelo Judiciário é justo e precisa estar previsto no Orçamento do ano que vem.

[] Não, o governo já anunciou que precisará enxugar gastos no ano que vem e reajustar salário do Judiciário não é prioridade".

Com a intenção de reforçar o jogo do governo e de

outros setores que atuam contrários aos interesses dos trabalhadores, a *Folha* reforça o papel, que muito bem vêm desempenhando os principais veículos da grande imprensa, de tentar colocar a sociedade contra a justa reivindicação dos servidores. No entanto, o tiro vem saindo pela culatra. Até às 17 horas de ontem, eram 41.236 votos pelo sim e 14.646 votos pelo não.

As intenções das notícias são sempre as mesmas: confundir a categoria, que precisa estar unida para construir um intenso processo de luta nos próximos meses, e jogar os demais setores da classe trabalhadora contra os servidores do Judiciário Federal, com o falso argumento de que já recebem altos salários.

A Fenajufe avalia que, para enfrentar esses ataques, a única alternativa da categoria é a unidade e a mobilização em nível nacional, que precisa ser intensificada nas próximas semanas.

Sessão do STJ discute quem tem competência para julgar Greve

Nesta quarta-feira, dia 14, a Assessoria Jurídica da Fenajufe e do SINTRAJUSC irá acompanhar e, se for necessário, se manifestar, na Sessão do STJ, às 14 horas, que terá na pauta o julgamento dos agravos regimentais da União contra a decisão do Ministro Castro Meira de declinar da competência do STJ em favor do TRF da 4ª Região sobre a Medida Cautelar 17085 e a Petição 8096, que tratam da Greve do

Judiciário pelo PCS em 2010. Como a Fenajufe não foi considerada ré, o Ministro entendeu que o julgamento não cabe ao STJ, e sim ao TRF da 4ª Região. Vale lembrar, portanto, que a Sessão não irá tratar da Greve em si, mas de quem tem competência para julgá-la. **A Coordenação do SINTRAJUSC estará em Brasília, falando com os deputados e participando da Sessão do STJ.**